

PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO: UMA PARCERIA

Ivanei de Carvalho dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
ivanei_csantos@yahoo.com.br

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
arlerp@hotmail.com

Resumo: O artigo discute as implicações entre o público e o privado dentro das políticas educacionais no âmbito das reformas implantadas pelo Estado neoliberal no contexto do capitalismo. Trata-se do resultado do recorte de um projeto de pesquisa em andamento, com abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados em municípios das regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, por meio de análise documental, entrevistas e questionários. Os resultados demonstraram uma grande quantidade de projetos educacionais implementados pelas empresas que atuam no espaço pesquisado. Porém, selecionamos para discussão no texto apenas algumas das empresas pesquisadas, a saber: Fíbria S.A., Instituto Natura e a Veracel Celulose S. A.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Privatização da educação. Público - privado.

Introdução

Os dados preliminares apresentados nesse artigo são oriundos do projeto de pesquisa intitulado “As políticas educacionais do PAR em municípios da Bahia”, o qual tem como um dos seus objetivos avaliar o impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB em municípios baianos, a partir da implementação de políticas e programas oriundas do Plano de Ações Articuladas – PAR, e ainda, como tem sido a atuação do Movimento Todos pela Educação, formado pelos empresários que vem atuando no setor educacional nas regiões Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia.

Nesse sentido, buscamos inicialmente discutir as implicações entre o público e o privado dentro das políticas educacionais no âmbito das reformas implantadas pelo Estado neoliberal no

contexto do capitalismo, com foco na redefinição das políticas públicas a partir da década de 1990, e os percursos seguidos, dentre eles, a transformação da educação em quase mercado.

Gestão Educacional no Brasil a Partir da Década de 1990

No final do século XX várias mudanças de âmbito macroeconômico aconteceram no Brasil devido à crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra denominado de Bem-estar-social, o qual teve como pressuposto as políticas keynesianas, cujo funcionamento do Estado foi regulamentado pelo modelo burocrático weberiano, fundamentado na racionalidade técnica, com utilização de normas rígidas, impessoalidade, técnicos especializados, distribuídos por cargos administrativos e em uma relação hierárquica (WEBER, 1982). Com essa crise, originada a partir de 1973, o capitalismo chegou a uma grande recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, motivo pelo qual as ideias neoliberais começam a ganhar espaço no cenário mundial. Os neoliberais defendem uma visão em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior e tampouco na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantiria maior eficiência na redistribuição de renda (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ademais, defendem a estabilidade monetária como meta primeira, o que só seria assegurado por contenção dos gastos sociais e manutenção da taxa 'natural' de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos (ANDERSON, 1995).

As discussões em torno do novo papel do Estado para as políticas sociais geram embates nos cenários político e educacional, pois a partir dos anos de 1990 estas discussões se acirraram, e nesse contexto a educação se volta para as mudanças sociais, políticas e econômicas inseridas na crise do capitalismo e de reestruturação do capital. No final do século XX e início do século XXI, o Brasil inclui na sua agenda de política educacional a reforma de gerência adotada no país em todos os níveis e etapas. Segundo Cabral Neto (2009, p.197):

A defesa desse novo enfoque de gerenciamento encontra-se presente nos principais documentos da política educacional, na América Latina e, particularmente, no Brasil. E têm como objetivo basilar a modernização da gestão, considerada uma estratégia importante para garantir o sucesso escolar.

Essa nova forma de se pensar a educação é fato concreto no Brasil, no entanto, há de se analisar os efeitos desse sistema de gerenciamento no que tange as políticas públicas educacionais vigentes no país. A descentralização, a consulta social sobre as necessidades da política, a autonomia escolar, a participação e a cogestão comunitária, são princípios inerentes à nova gestão pública e ao gerencialismo, na sua versão mais atual.

No entanto, cabe uma reflexão a respeito desses princípios se são realmente eficazes em relação as políticas educacionais, ou são apenas letras mortas dentro de uma conjuntura legal. Como afirma Peroni (2003, p.69)

[...] a proposta atual de descentralização ocorre em um contexto de grande competitividade internacional, cuja regra é a desregulamentação, como meio de eliminar os obstáculos ao livre jogo do mercado, e que, em se tratando de Brasil e de América Latina, além desse processo, vive-se a crise avassaladora da dívida externa, que se aprofundou nos anos 1980, tornando esses países reféns dos organismos internacionais, principalmente do FMI, cuja determinação é a de se diminuir os gastos públicos.

A referida autora ainda traz a discussão sobre a Constituição Federal de 1988, reportando que se trata de um marco legal no processo de descentralização, ao trazer no seu Art. 18: “A organização política-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Esta Lei assegura a autonomia do município e, inclusive, detalha alguns princípios desta autonomia, que são: a elaboração da Lei Orgânica, a eletividade do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, a instituição e aplicação de tributos, o direito de o município legislar sobre assuntos locais e organizar o serviço público local. Como também a Constituição reserva competências exclusivas da União.

Partindo desse princípio observa-se que a descentralização no Brasil, ainda está distante de acontecer, uma vez que as poucas ações que giram em torno do discurso da gestão administrativa e da modernização do Estado estão tornando-o mais excludentes, o que não deveria ocorrer em um país que prega a equidade social. Percebe-se que o Estado não se afasta definitivamente das políticas públicas em especial as educacionais. Assim, continua a regular o cenário educacional, centralizando o controle através das avaliações externas, dos Parâmetros Curriculares, da Base Nacional Comum Curricular, do financiamento da educação como o Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o repasse do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Barroso (2005) chama a atenção para o termo regulação presente nas discussões referentes ao debate sobre a reforma da administração do Estado na educação e sua modernização, em que o Estado age como regulador e avaliador das políticas públicas baseadas nos resultados, ao afirmar que:

O Estado não se retira da educação. Ele adota um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão quotidiana, funções, que transfere para níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com autores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do ‘mercado’ educativo. (BARROSO, 2005, p. 7).

Como também Lessard (2006) discute que a noção de regulação está associada ao equilíbrio, à adaptação, correção, compromisso e pressão visando à conformidade e estabilização de comportamentos. Na sua perspectiva, a evolução da regulação no mundo do trabalho não escolar está bem presente na educação e essa evolução ultrapassa a instituição escolar através dos fenômenos econômicos atuais de globalização dos mercados.

Os autores abordam os caminhos que as políticas educacionais estão seguindo com o processo de redefinição do papel do Estado, adotando uma política de quase mercado, onde os pais exercem o papel de clientes.

A Privatização da Educação no Brasil

A redefinição do papel do Estado para com as políticas educacionais, levaram à mudança na tomada de decisões no que se refere a organização pedagógica, aos conteúdos e metodologias escolares. Nesta vertente Peroni (2003, p.15) ressalta:

No Brasil, o processo de reformas na área da educação nos anos de 1990 deu-se em duas frentes: uma, por meio da representação de um projeto global para a

educação – a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – e outra, que se constitui na implementação de um conjunto de planos setoriais e decretos do Executivo.

A LDB 9.394/96 evidencia os debates sobre a liberdade de ensino e de sua laicidade, e sobre o financiamento e o papel do Estado na educação, enquanto que a Constituição Federal de 1988 garante direitos dos cidadãos a educação gratuita e de qualidade. Nesse sentido, vale ressaltar a reflexão de Oliveira (2009, p. 208).

Ao mesmo tempo em que se assiste, na matéria educativa, à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional, especialmente através das parcerias público-privadas e contratos de gestão que trazem consequências para a democratização da educação.

Sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, essencial para a projeção do futuro da população, observa-se que a privatização rompe com todos esses princípios, dando direito somente para aqueles que podem dela participar, levando a classe menos favorecida a se distanciar deste contexto. Wood (2003, p. 8) destaca que “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado”. Na visão da autora o sistema capitalista necessita do Estado para garantir o seu crescimento, assim sendo, as reformas adotadas pelo Estado se tornam um dos meios principais para a privatização e a perpetuação do capital.

Partindo desse pressuposto destaca-se a abordagem de Lima (2013, p. 178-179) que compreende a privatização como:

Privatização pode, portanto, significar muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos “cheques-ensino” pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas e fundações, organizações não-governamentais diversas ou do chamado “terceiro setor”. Privatização pode, ainda, significar a crescente introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas, ideologicamente consideradas mais bem geridas, em busca da “zero-burocracia”, mais ágeis e manejáveis em ambientes incertos e turbulentos, centradas nas necessidades do cliente ou consumidor, induzindo a competitividade no seu

interior através da adoção de mercados internos, ou seja, seguindo os princípios normativos e as prescrições técnico-instrumentais da chamada “Nova Gestão Pública”.

No Brasil já é possível observar esse movimento, como concessões de bolsas de estudos permitindo que os alunos estudem nas escolas privadas, através de programas financiados pelo Estado como aborda Freitas (2012, p. 387):

Movimentos nesta direção já podem ser percebidos, como o Programa Universidade para Todos (Prouni – no ensino superior) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – no ensino médio), ambos de transferência de verbas públicas para iniciativa privada.

Outra estratégia utilizada pelos municípios é a aquisição de propostas padronizadas de ensino, material apostilado, material didático e paradidático, contratação de profissionais para formação de professores, gestores e coordenadores escolares, gerando um esvaziamento dos recursos destinados à educação investidos de forma inadequada não trazendo benefícios para o desenvolvimento da qualidade do ensino, tornando a educação pública um mercado dinâmico disputado a todo custo por empresas diversas.

Com o ensejo de melhorar a qualidade da educação, o Estado transfere para a iniciativa privada com a contratação de serviços visando estratégias de resultados e elevação dos índices educacionais. Ações como essas tem prejudicado programas escolares tido como eficientes e eficazes além de deixar professores com baixa alta estima, por não se enquadrarem nas propostas formuladas pelas empresas que não conhecem a realidade educacional brasileira ficando difícil essas propostas serem empregadas dentro das salas de aula. Na esfera federal esse novo modelo gerencial ganha notoriedade com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, pelo Ministério da Educação, no dia 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), em regime de colaboração com os Municípios, Estados e o Distrito Federal, cujo propósito foi o de melhorar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis e modalidades. Nesta mesma data foi lançado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, normatizado pelo Decreto 6.094/2007 (BRASIL, 2007), o qual, segundo Saviani (2007) se constitui como carro-chefe do PDE, por meio do qual o Governo Federal estabeleceu 28 diretrizes a serem seguidas pelos municípios, quando da elaboração do planejamento dos seus sistemas de ensino.

Por meio do PDE, o MEC vem promovendo uma reorientação no cumprimento da sua função redistributiva e supletiva no que se refere à assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Seus eixos principais, estabelecidos por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, são: o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e o Plano de Ações Articuladas - PAR. O PDE estabelece um novo padrão de relacionamento institucional do MEC com os entes federativos, o que, nas palavras do Ministro Fernando Haddad, “inaugura um novo regime de colaboração” entre os sistemas de ensino (HADDAD, 2008). Com efeito, a execução desse Plano promove alterações substantivas na gestão educacional e escolar e promove o que ficou denominado de Relações Intergovernamentais – RIGS. O efeito mais perceptível das alterações promovidas pelo PDE no relacionamento do MEC com os entes federativos reside no condicionamento de todas as transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios, mediante a adesão ao Compromisso Todos pela Educação, o qual conta com a participação de empresários.

Nessa vertente, Freitas (2012, p. 381) adverte para a ação dos empresários no através do *Movimento Todos pela Educação*, cujo propósito é estabelecer um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, implantando modelos americanizados de gestão educacional a exemplo das Escolas *Charters*, que são nada mais nada menos, que escolas privatizadas que funcionam sob contrato anual, com metas específicas para serem atingidas.

Segundo o documento *A Transformação da Qualidade da Educação Básica no Brasil* (2010)¹, O IDEB de 2007 para 2009, numa escala de zero a 10, apresentou os seguintes resultados: no Ciclo I do Ensino Fundamental passou de 4,2 para 4,6; no Ciclo II passou de 3,8 para 4,0; e no Ensino Médio, com o pior desempenho, passou de 3,5 para 3,6. Como pode-se perceber os índices apresentaram pouca evolução, permanecendo um grande déficit na educação, longe de atingir o percentual desejável em relação aos países desenvolvidos que obtiveram média 6,0. Segundo os

¹ A Transformação da Qualidade da Educação Básica Pública no Brasil” tem como signatárias organizações que atuam no campo educacional. Além da Associação Parceiros da Educação, o projeto contou com a Casa do Saber, Associação Cidade Escola Aprendiz, Fundação Bradesco, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Instituto Ecofuturo e Fundação Educar. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/content/documento-traz-propostas-de-especialistas-para-melhorar-educacao-basica#>

dados do documento supracitado, os índices alcançam um nível apenas regular, sendo insatisfatórios, para a qualidade de ensino desejável.

O IDEB, criado pelo Ministério da Educação em 2007, faz parte de um sistema meritocrático liberal que atribui o sucesso ou o fracasso ao próprio indivíduo, como forma de justificativa para as desigualdades sociais, e advém de políticas neotecnicistas que traz no seu bojo mecanismos de regulação sob o prisma da “responsabilização²” e/ou “meritocracia”, que evidenciam a mesma racionalidade tecnicista do século XX, porém, agora, na forma de “*standards*” ou testes padronizados para controlar o trabalho docente por meio de bônus e punições, com fundamentos no behaviorismo, com a finalidade de avaliar o nível de aprendizagem dos alunos do 5º ano e do 9º por meio da Prova Brasil, bem como a Provinha Brasil para alunos de 6 a 8 anos (FREITAS, 2009).

Abordagem Metodológica

Para análise das informações, tomamos como referência a metodologia dialética, que para Kosik (1997, p.20), implica uma explicação objetiva da realidade estudada, penetrando na riqueza de seus conteúdos a fim de transitar da “coisa em si” para um ‘concreto pensado’.

Em termos gerais, o materialismo histórico dialético é um enfoque que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade. Nesta vertente analisaremos as relações entre o público e o privado a partir do contexto das políticas públicas implantadas no Brasil e a inserção de grupos empresariais no cenário educacional na região Sul da Bahia. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica e documental de programas educacionais públicos que fazem parte do PAR,

² Um sistema de responsabilização inclui três elementos: medição do desempenho dos alunos; relatório público do desempenho da escola, e recompensas ou sanções baseadas em alguma medida de desempenho ou de melhora do desempenho (KANE; STAIGER, 2002, p. 92).

bem como de pacotes empresariais que estão sendo implementados por alguns grupos empresariais na respectiva região, a saber: Fíbria Celulose S.A., Instituto Natura e a Veracel Celulose S. A.

As informações apresentadas na pesquisa tiveram como fonte entrevistas com professores e representantes de grupos empresariais, além de relatórios disponíveis nos site e blogs das empresas abordadas nesta pesquisa, no intuito de coletar dados sobre o funcionamento dos programas e projetos desenvolvidos envolvendo a comunidade dos municípios pesquisados. As informações contidas nesse texto são dados preliminares dos estudos sobre a temática, sendo impossível a abordagem de todos os resultados devido ao limite de páginas estabelecido pelas normas deste periódico.

Resultados preliminares da pesquisa

Os dados analisados tiveram como recorte para analisar a relação entre o público e o privado na educação, as empresas que investem em políticas educacionais na região pesquisada, como preconiza o Movimento Todos pela Educação. Dentre estas ressaltamos conforme apontado anteriormente, a Fíbria S.A. e o Instituto Natura. Destacamos que apesar de estas empresas investirem em projetos educacionais em todo o país, apresentamos alguns dados coletados apenas nas regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, conforme se verifica a seguir.

a) Fíbria Celulose S.A.

A Fíbria se expandiu no Brasil como uma empresa líder em concentração fundiária. De acordo com o relatório de 2012 da referida empresa,

A Fíbria Celulose S.A. é a líder mundial no setor de celulose e fibra curta. Com três unidades e uma base florestal própria de 974,4 mil hectares, dos quais 352 mil são destinados à conservação ambiental. A companhia conta também com fornecedores de madeira independentes, que em 2011 somaram 3.422 contratos e 107 hectares adicionais de produção de eucalipto. [...] Tem ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo e Nova York, o controle acionário é exercido pela BNDESPar e pela Votorantim Industrial. [...] Atende clientes de 42 países por meio de 7 centros de distribuição em 6 escritórios e de representação em: São Paulo, Nyon (Suíça), Csomád (Hungria), Miami (Estados Unidos), Hong Kong e Pequim (ambos na China) (FÍBRIA, 2012, p.30).

A exemplo de grupos empresariais investidores no setor educacional, a Fíbria está engajada na “qualidade” da educação através do movimento Todos Pela Educação (TPE), o qual conta com a presença de empresários preocupados com a direção que a educação vem seguindo no Brasil, e as reconfigurações das políticas públicas dentro do novo modelo do capitalismo. Nesse sentido, Freitas (2012) e Saviani (2007), refletem que no país a proposta educacional está funcionando como quase mercado, cujo interesse maior é formar o consumidor. Estes autores abrem a discussão para a presença dos empresários na educação, e destacam que os seus verdadeiros interesses neste setor são de formar mão de obra para atuar no mercado, ou seja, são interesses são mercadológicos.

No entanto, esse contexto está cada vez mais presente na realidade brasileira, como pode ser observado nos noticiários da região Extremo Sul da Bahia, principalmente, nos municípios pequenos onde os recursos destinados à educação são insuficientes para uma educação de qualidade, a exemplo da Fíbria que vem desenvolvendo e aplicando seus recursos em programas no interior da Bahia, como foi divulgado recentemente pelo Mídia Releases (2017):

Gestores da área de educação do município de Alcobaça e representantes da Fíbria participaram, no período de 23 a 26 de maio, do início das atividades de formação da edição 2017 do Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE). A iniciativa do Instituto Votorantim busca contribuir para a melhoria da educação pública em municípios com operações do Grupo Votorantim, que no sul da Bahia é representado pela Fíbria. O objetivo da iniciativa é qualificar as práticas de gestão educacional e escolar, envolvendo a mobilização de profissionais da educação e das comunidades.

A regional Extremo Sul da Bahia fica no território de identidade, também denominado de Extremo Sul, e é constituída de 21 municípios³, ocupando uma área de 30.678 km², com cerca de 833.307 habitantes⁴, sendo que desses, 74, 27% moram na zona rural. É uma região com importância histórica para a nação brasileira, uma vez que foi lá que aconteceu a chegada dos portugueses ao Brasil. Apresenta vários antagonismos, pois sofre com os desmatamentos, desigualdade social e, ao mesmo tempo, apresenta um rico ecossistema com muitas praias além de

³ A regional Extremo Sul é composta pelas seguintes áreas: Belomonte, Itabela, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Garatinga, Itapebi, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa.

⁴ Fonte: http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/result_macro.asp?MACRO=EXTREMO%20SUL

parques marinhos, com trechos remanescentes da Mata Atlântica, e da presença da cultura indígena e quilombola (SANTOS, 2016).

Segundo a reportagem divulgada pelo referido noticiário as ações da Fíbria constam de formação de grupos de mobilização, com a participação das comunidades, focando em atividades que visam o Fortalecimento do Conselho Escolar, além do Desafios Criativos na Escola. Estas atividades compõem um concurso que premiará projetos inovadores liderados por jovens de 9 a 16 anos, cujo tema escolhido para ser trabalhado este ano com os gestores de educação em Alcobaça é “Avaliação participativa para melhoria da aprendizagem”. O programa será realizado em 50 municípios de 16 estados do Brasil, e em Alcobaça – Ba, envolvera 36 escolas municipais (MIDIA RELEASES, 2017⁵).

As expectativas em relação ao programa são grandes, como pode ser observado nas falas do consultor de sustentabilidade da Fíbria, Narcísio Luiz Looss que destaca: “O Programa Votorantim pela Educação é uma forma de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino no município, envolvendo não apenas os profissionais do setor, mas também os estudantes e a comunidade, de forma muito participativa”.

Em consonância com o consultor, Renata Silva, analista de Sustentabilidade e mobilizadora local do Programa Votorantim pela Educação – PVE, na Secretaria de Educação de Alcobaça, relata:

A mobilização tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas transformadoras, abrir espaço para a cultura local, dar voz às crianças e jovens e promover o real encontro da comunidade com a escola. Assim, buscamos conscientizar os pais e as famílias da importância de participar da vida escolar dos filhos.

Já para a coordenadora técnica e pedagógica, mobilizadora do PVE no referido município, Anilda Souza França, a gestão participativa proporciona a reflexão sobre as diretrizes necessárias ao bom andamento das ações desenvolvidas no ambiente escolar. “A parceria Votorantim pela Educação contribuirá para a melhoria da educação municipal e a interação com a sociedade civil em benefício da aprendizagem”.

⁵ 28 de abril de 2017 - Programa Parceria Votorantim pela Educação 2017 inicia atividades nos municípios. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/midia/releases/programa-parceria-votorantim-pela-educacao-2017-inicia-atividades-nos-municipios/> Acesso em: 08/07/2017.

Enquanto Andreia Ribeiro de Oliveira, coordenadora técnica e supervisora escolar, acredita que o PVE ajudará a alinhar as escolas da rede na perspectiva de avaliar a gestão e buscar a participação da sociedade.

Como foi observado nas falas anteriores, o objetivo do PVE está direcionado para a formação de mão de obra para exercer atividades no mercado, com uma visão na obtenção de lucros. Neste contexto, Harvey (2004, p. 90) compreende como “acumulação por espoliação”, a qual “[...] libera um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo. O capital sobre acumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”.

b) Instituto Natura

O Instituto Natura foi fundado em 2010, com o intuito de expandir e fortalecer as iniciativas sociais da Natura já existentes desde 1995 voltadas à melhoria da qualidade da educação pública, de acordo com os pressupostos capitalistas. Desde então, este Instituto realiza ações que envolvem pessoas e organizações que participam da educação, com iniciativas para professores, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, escolas e gestores públicos. Com presença em todos os estados brasileiros e em mais de 80% dos municípios, o Instituto Natura também atua na articulação de ações e disseminação dos temas: escola em tempo integral, regime de colaboração entre União, estados e municípios; e princípios de comunidade de aprendizagem incorporados nas práticas dos atores e organizações da rede de educação (INSTITUTO NATURA. s./d. Online).

Em 2012, o material do Projeto Trilhas foi distribuído para as escolas de municípios considerados prioritários pela política do MEC, escolas prioritárias e de todas as capitais, grandes cidades e sistemas estaduais de ensino. O projeto Trilhas, de acordo com o Instituto Natura, trata-se de uma iniciativa de formação docente que apoia o trabalho de professores com alfabetização por meio de um conjunto de materiais elaborados para instrumentalizar e apoiar o trabalho do professor no campo da leitura, escrita e oralidade. No kit Trilhas, disponível no site, há cadernos de orientação do professor e de indicações literárias, jogos de linguagem e cartelas para atividades, todos com a intenção de “inserir as crianças no universo letrado”. Entretanto, destacamos que o letramento proposto pelo capitalismo tem como suporte uma educação fragmentada, na qual a intenção é formar indivíduos com aptidões para assumir competências para o mercado. Assim, não haverá

desenvolvimento integral para a humanização das pessoas, e sim para a alienação, como nos antecipou Marx, ou ainda, os sujeitos não são capacitados para realizar leitura de mundo, numa perspectiva de aquisição de uma consciência crítica e superação da consciência ingênua, como nos alertou Freire (1996). Nesse caso, a preocupação dos empresários está em garantir que a educação proporcione a “taxa de retorno, o custo-eficiência, custo-qualidade, formação de atitudes e valores, pelos conceitos propostos na nova ordem mundial: qualidade total, trabalho participativo, formação flexível, abstrata e polivalente” (FRIGOTTO, 1995, p. 97).

As nossas pesquisas sobre o Projeto Trilhas concentraram apenas em algumas atividades desenvolvidas no Sul da Bahia, apesar de reconhecer que a atuação deste é de cunho nacional, e na Bahia, acontece em todas as regiões. Em se tratando da particularidade da citada região, e situando-a geograficamente, trata-se de um recorte territorial denominado no século XVI de capitania hereditária São Jorge dos Ilhéus, iniciando-se na foz do rio Jaguaribe, na Baía de Todos os Santos, logo abaixo da ponta sul da ilha de Itaparica (alto rio Jequitinhonha), entrando pelo sertão de terra firme, e ao mar, penetrando 10 léguas (FREITAS, 2009).

Os materiais do projeto contribuem para a meta de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, conforme o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e se apresentam em dois formatos, que compartilham o mesmo conteúdo: impresso, no tradicional kit Trilhas, e online. O Instituto Natura realizou nos dias 20 e 21 de outubro de 2015, o III Encontro Nacional da Rede de Apoio à Educação – RAE, no Rio de Janeiro. A RAE do Sul da Bahia é apoiada também pelo Instituto Arapyaú, e hoje já reúne mais de 30 municípios. Os Polos da RAE de São Paulo, Bahia e Pará compartilharam suas experiências “bem-sucedidas” na cooperação entre municípios e também na implementação do Trilhas, Comunidade de Aprendizagem, Conviva Educação e Plano de Cargo Carreira e Remuneração – PCCRs. (INSTITUTO ARAPYAÚ, 2017, Online). Já nos dias 7 e 8 de maio de 2015, aconteceu um encontro de formação da rede de apoio à educação promovido pelo Instituto Natura em parceria com Arapyaú, AMURC e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, da RAE – Polo Bahia.

O gerente do programa Bahia, Ricardo Gomes relata como foi o evento:

O I Encontro de Formação da Rede de Apoio à Educação – RAE do polo Bahia contou com 80 técnicos educacionais e com 36 dirigentes municipais de

educação, dos 36 municípios das regiões Sul, Baixo Sul e Sudoeste da Bahia, integrantes e convidados da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano – AMURC. Além deles, estiveram presentes representantes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, da AMURC, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e da Fundação Lemann. [...] O encontro teve como objetivo apresentar os projetos Trilhas, Comunidade de Aprendizagem, Escola Digital, Plano Municipal de Educação, Conviva Educação e Plano de Cargo Carreira e Remuneração. Houve também assessoria para a elaboração e inserção do Plano Municipal de Educação – PME na plataforma Conviva Educação (Idem).

As informações aqui apresentadas apontam que o Instituto Natura está cada vez mais envolvido no contexto educacional, refletindo o poder dos empresários no cenário nacional enquanto totalidade do sistema capitalista, e aqui destacamos a particularidade da região Sul da Bahia, onde a atuação empresarial tem ganhado espaço relevante, assumindo funções que conforme a legislação nacional, deveriam ser assumidas pela educação pública. Observa-se que abarcam todas as dimensões desde o aluno, professor, gestores municipais e chega até a comunidade. Confirmando assim as palavras de Freitas (2012) “os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas.”

c) Veracel Celulose S. A.

A Veracel é uma empresa de celulose que tem sede no município de Eunápolis, e uma área de 211.000 hectares, distribuída em dez municípios na regional Extremo Sul da Bahia. De acordo com Santos (2016), trata-se de uma empresa de capital multinacional e tem como acionista “a norueguesa Lorenz que detém 28% (cujo maior acionista é o cunhado do rei da Noruega, com presença em vários lugares do mundo: na Ásia, na Europa, na América Latina - Brasil e Uruguai); 28% são do Banco Safra (de capital internacional, com sede em Mônaco), 28% são da Votorantim e 12,5% do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, Souza Cruz (grupo *British American Tobacco*), e a Fíbria que é a maior produtora mundial de celulose”⁶. O BNDES emprestou US\$ 318 milhões para a construção da fábrica da Veracel (empresa da Aracruz Celulose e *Stora Enso*, sueco-finlandesa) na Bahia. Isso nos demonstra que o agronegócio tem sido financiado em grande parte por recursos públicos.

⁶ ARBEX JR., José. “Haja cruz”. Núcleo Piratininga de Comunicação, abril de 2006. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/2006/86-arbex-cruz.html> Acesso em 22/10/2015.

Para atingir o mercado e aumentar a produção de uma infinidade de produtos visando aumentar o consumo e o lucro, a empresa opera sustentada pelo tripé que tem como base as pessoas, o conhecimento técnico e os processos operacionais. Para isso, investe na área educacional. Na página da empresa na internet é possível encontrar um programa educacional que envolve várias linhas de atuação em vários municípios da região extremo Sul da Bahia:

- Desenvolvimento de Equipes Escolares, Leitura e Escrita para Alunos;
- Suprimento de Deficiências de Alfabetização;
- Apoio às Secretarias Municipais de Educação em Ações de Melhoria. Foram atendidos 3 municípios, 10 distritos, 21 escolas, 188 diretores e professores e 4.000 alunos (VERACEL, S/D. Online)⁷.

Na nossa coleta de dados, ao ser questionado sobre os investimentos da empresa na região, no que tange às questões educacionais, o gerente de sustentabilidade dessa empresa, nos deu a seguinte resposta:

[...] nós temos ação na educação. Como a região tinha na época (quando a empresa foi montada na região) um déficit de cultura social muito grande, muito alta, a empresa teve que fazer muitos investimentos nessa área, nos últimos dez anos a empresa investiu mais de oitenta milhões de reais em cultura social. [...] A empresa participou de um processo bastante amplo de capacitação e montagem de uma equipe para fazer uma busca ativa e combater o problema de Hanseníase e tuberculose que tinham números vergonhosos na região. Principalmente, na região ali de Barrolândia, Belmonte, Ponto Central, Santa Cruz Cabrália. É tudo localidade que fica muito próxima da fábrica, fica a cerca de dezessete dezoito quilômetros da fábrica. [...] E fizemos também ao longo desse tempo vários investimentos na área de educação, esses investimentos foram feitos para a capacitação e melhora a qualidade da estrutura física de escolas. Construímos escolas em Barrolândia e doamos ao município. Em Belmonte fizemos várias intervenções e melhorias físicas de escolas e capacitação de professores (Trecho da entrevista realizada com a Veracel).

A lógica privatista da educação no intuito de formar o “homem necessário” para consumir e para produzir está ligada aos organismos internacionais, como o BM, cujas políticas estão comprometidas com a conservação da atual estrutura da sociedade de classes, o que inclui a reprodução das desigualdades econômicas e sociais, e corrobora com os interesses do movimento Todos pela Educação. O referido Movimento salienta que “diante da dimensão e importância dessa tarefa e do quadro histórico da Educação Básica no Brasil, somente a ação dos governos não

⁷ Educação: <http://www.veracel.com.br/responsabilidade-socioambiental/educacao/> Acesso em: 08/07/2017.

será suficiente para alcançá-la” (*Site Movimento Todos Pela Educação*), reforçando, assim, a privatização da educação brasileira.

Temos feito também um trabalho muito forte ao longo desses anos todos de formação profissional. Então, nós tivemos algumas ações como projetos voltados para questões de formação de professores na educação formal e melhoria de estrutura física e de professores, instalação de bibliotecas. [...] E estamos fazendo desde o início da Veracel, um trabalho forte de na área de educação para o trabalho. Ai nós temos uma estratégia de treinar e capacitar pessoas tanto para atividades laborais vinculadas a atividades industrial quanto atividade florestal. E a ideia seria capacitar um número maior de pessoas do que aquilo que nós requisitaríamos e desse grupo nós tiramos, selecionamos aqueles que devem ocupar postos que estão abertos precisando ocupar nas nossas áreas de trabalho, seja atividades próprias ou atividades terceiras que trabalham pra Veracel. Mas formamos também pessoas para o mercado. Então, é processo continuo, a Veracel forma turma [...], assim como, formamos turma de jovens aprendizes e de estágios. Nós oferecemos permanentemente estágios, temos vínculos com a universidade, com as faculdades da região, oferecendo vagas pra estágios remunerados, inclusive (Trecho da transcrição da entrevista com a Veracel).

Observa-se que o entrevistado destaca a importância da formação profissional para a empresa, mas também, uma preocupação em formar um número superior ao necessário, coincidindo com o que Marx denomina de exército de reserva. E na atualidade, busca-se formar um novo tipo de trabalhador para uma nova ordem capitalista, a partir dos discursos da empregabilidade e do empreendedorismo (MOTTA, 2009). O controle do trabalho dentro dos sistemas de produção ampliou com o avanço do sistema capitalista, e é cobrado nas dimensões técnica e social que atribuem direitos e deveres aos trabalhadores, subjugando-os aos seus empregadores, pois a racionalização do tempo impõe planejamento, controle e execução de diversas atividades. As estratégias do capital para maximizar os lucros, como, aumento na escala de produção, padronização da qualidade com as certificações e racionalização dos recursos conciliada com aumento da produção, consolidaram e intensificaram o controle do capital sobre o trabalho, onde os trabalhadores são apenas uma peça da engrenagem para o funcionamento do mercado, sendo destituídos de qualquer vestígio de humanização.

Algumas conclusões preliminares

As ideias do público e privado nas políticas públicas nunca tiveram acirradas como nas últimas décadas, as reformas implementadas pelo Estado levaram a essas discussões, o Estado redefini o seu papel repassando para o mercado funções que eram suas, transformando a educação em um quase mercado avançando para a privatização, daí justifica-se a inserção de empresas no campo educacional.

As empresas mencionadas neste artigo atuam em municípios onde o repasse de verbas federais são insuficientes para uma educação que privilegia a qualidade, assim encerem neste campo os seus projetos onde visam obter resultado a curto prazo, principalmente atacando os problemas mais gritantes de cada município como diminuição da taxa de analfabetismo e preparação para o trabalho.

As parcerias construídas entre o público e o privado na educação pode trazer consequências para os atores deste processo, pois mudam as formas de como é organizada e planejada, onde desconsidera o contexto escolar e as relações interpessoais constituídas entre a comunidade escolar e a local. Essas relações se perdem quando é priorizado a pedagogia dos resultados, onde professores e alunos se preocupam apenas em atingir os índices, as metas projetadas.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROSO, João. (org). **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. *Educação e Sociedade*, out. 2005, vol. 26, nº 92, p.725-751

BEHRING, Elaine; ROSSETTI, Boschetti; Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2007. - (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96a**. Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007a.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007b.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: **cenários, princípios e estratégias.** In: FRANÇA, Magda; BEZERRA, Maura Costa (orgs.). Política Educacional Gestão e Qualidade do Ensino. Brasília: Liber livro, 2009.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade.** Fíbria Celulose S.A, 2012. Disponível em: http://www.fibria.com.br/rs2011/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2012.pdf Acesso em: 09/07/2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, abr.-jun. 2012.

_____. **Conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola básica (Anais da 6. CBE). Campinas: Papirus, 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: INEP, 2008. 23 p.

HARVEY, David. Condições pós-modernas: **Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves (trad.). 24 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2013.

INSTITUTO ARAPYAU. **Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida serão debatidos em Ilhéus.** Publicado em: 22/08/2016. <http://www.arapyau.org.br/blog/tag/educacao/> Acesso em: 09/07/2017.

INSTITUTO NATURA. **Trilhas.** Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br/iniciativa/trilhas/> Acesso em: 09/07/2017.

LESSARD, C. Regulação múltipla e autonomia profissional dos professores: **Comparação entre o Quebec e o Canadá.** Educação em Revista/ Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte: FaE/UFMG, nº 44, dez.2006

LIMA, Licínio C. Privatização da educação no contexto da (s) “Terceira (s) Via (s)”: uma caracterização em análise. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago. 2013.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo Boitempo, 2010.

MARX, KARL. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÍDIA RELEASES. Programa Parceria Votorantim pela Educação 2017 inicia atividades no sul da Bahia. 08/06/2017. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/midia/releases/programa-parceria-votorantim-pela-educacao-2017-inicia-atividades-no-sul-da-bahia/>

MOTTA, Vânia C. Educação como caminho, mas qual? Todos Pela Educação ou em Defesa da Escola Pública? **IELA. Anuário Educativo Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. **A Transformação da Qualidade da Educação Básica Pública no Brasil**. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/wp-content/.../Transformacao-da-educacao-brasileira.docx>. Acesso em 23 de junho de 2017.

PERONI, Vera. **Política Educacional e Papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-71

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação**. O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. **Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo**: movimentos sociais e reforma agrária do consenso. Curitiba. Editora CRV, 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação**. O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da teoria compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, vol 1.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.